

## **ATA 29/08 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE**

Aos 18 dias de dezembro de 2008, com início as 18:38 horas, realizou-se no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, situado na Avenida João Pessoa, 325 mais uma plenária do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre com a seguinte proposta de pauta: 1)Abertura,2)Avaliação e Votação atas 26/08 e 27/08, 3)Faltas Justificadas, 4)Apresentação de Pareceres, 080/08, 081/08, 082/08, 083/08. 4)Informes, 5)PAUTA PINCIPAL: Municipalização do Murialdo. Estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: **1)NEI CARVALHO, 2)ABDON MEDEIROS FILHO, 3)JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS, 4)FLÁVIO BECCO, 5)ANTONIO LOSADA, 6)JOÃO BATISTA FERREIRA, 7)MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA, 8)IONE TERESINHA NICHELE, 9)PAULO GOULART, 10)ELIANE MIRANDA PAIM, 11)ZILDA DE MORAES MARTINS, 12)OLIR CITOLIN, 13)ELEN MARIA DE BORBA, 14)JONAS UBIRATAN FIAD MENDONÇA, 15)RENE MIGUEL ALVES, 16)JOSÉ CARLOS SILVEIRA VIEIRA, 17)CLAUDIO CHAVES, 18)TANIA LEDI DA LUZ RUCHINSQUE, 19)CLAUDIA DE CARVALHO GUIDI, 20)SANDRA MELLO PERIN, 21)ADRIANA ROJAS, 22)ANA CLÁUDIA DE PAULA, 23)MARIA RITA DE LEMOS, 24)PAULA GUNTZEL, 25)KARIN RAMOS CAMARGO, 26)CLAUDIA FELDMANN GONÇALVES, 27)JAIRO FRANCISCO TESSARI, 28)ALCIDES POZZOBON, 29)ROGÉR DOS SANTOS ROSA, 30)IZOLDA MACHADO RIBEIRO, 31)JAMES MARTINS DA ROSA, 32)MARCIA NUNES.** Os conselheiros suplentes presentes eram: **1)MIRIAM FRANÇA, 2)OSCAR RISSIERI PANIZ, 3)ANA LUCIA TONIETTO LOVATO.** São justificadas as faltas de Humberto José Scorza, Walmir Labatut, Rejane Haidrich e Maria Encarnacion Morales Ortega. É encaminhada a apreciação das atas 26/08 e 27/08, que após o registro de uma alteração pela Conselheira IONE NICHELE, na Ata 27/08, as mesmas são encaminhadas para votação, sendo aprovadas por 21 votos a favor, nenhum contrário e 1 abstenção. A Coordenadora MARIA LETICIA faz o registro e leitura de correspondência recebida da Senhora ANA LUIZA TONIETTO LOVATO, Coordenadora da ASSEPLA, onde é encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde o PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA, proposta do Governo Federal. Explica a Coordenadora que antes de chegar até nós este Projeto, a Secretaria da Saúde organizou um Seminário, que contou com a participação do Conselho. Há uma dificuldade nos prazos de tramitação, pois temos tempo limite para enviá-lo ao Ministério da Saúde. Programamos assim uma apresentação deste Projeto, que será feita pelo DENIS FRAGA, que faz parte da Coordenação de Saúde da Criança. Inicia este,. Dizendo que irá apresentar não somente a proposta do Governo Federal, a qual estamos aderindo, mas também o Projeto técnico que nós elaboramos para poder fazer nosso cadastro junto ao Programa de Saúde na Escola. Este Programa de Saúde na Escola lembro de já o ter referido quando da apresentação da Estratégia de Saúde Escolar em Porto Alegre. Ele foi instituído no ano passado. É uma idéia de fazer um trabalho integrado entre o Ministério da Saúde e Ministério da Educação, definindo Diretrizes e Ações de integração. A idéia é aproveitar ou entender o ambiente da escola como um ambiente privilegiado para trabalho em Saúde. Então este Programa foi instituído em 2007, com a idéia de trabalhar a Promoção, dentro daqueles eixos que apresentamos em relação a Saúde na Escola onde vai a Saúde Visual, a Saúde Mental, a Saúde Bucal, a Saúde Nutricional. Foi lançado como concepção, e dentro das perspectivas do PAC Saúde, e agora em Setembro de 2008, na Portaria 1861 saíram as regras e foram estabelecidos fluxos, principalmente de recursos financeiros, para o trabalho das Equipes de Saúde da Família, nas ações de promoção. Foi lançado com a idéia de atingir Escolas com Baixo Índice de Desenvolvimento de Educação Básica. A idéia básica é integrar/articular escolas públicas e equipes de saúde da família, fazendo ações dirigidas aos alunos. Os critérios para adesão. Como disse é o baixo índice de desenvolvimento, que é o 2.69. Porto Alegre tem um índice de 3.33. Porto Alegre na verdade estaria acima. Porto Alegre entra por já ter uma série de escolas participando de um outro Programa do Ministério da Educação, chamado

55 Mais Educação, que coloca atividades no contra-turno. Então, como se trabalharia?  
56 Dentro da perspectiva do Mais Educação, com o apoio da Saúde da Família se  
57 levariam as atividades, oficinas de promoção de saúde, no contra-turno, junto as  
58 atividades do Mais Educação. Isso nos credenciou 37 escolas, mas infelizmente nós  
59 não tínhamos estas escolas nas áreas de abrangência dos PSFs. Nos limitou a 7  
60 PSFs e 8 escolas. A idéia então nos levou as Escolas da Leste-Nordeste (quatro). As  
61 escolas da Noroeste, Humaitá/Navegantes/Ilhas, onde temos um PSF para duas  
62 escolas e por fim no Sul/Centro/Sul, que tem somente uma escola. Isto se organizou a  
63 partir de um Seminário, onde tínhamos técnicos, professores e onde construímos este  
64 Projeto, que estamos apresentando. Como incentivo financeiro se receberá uma  
65 parcela a mais da que hoje é recebida por Equipe de Saúde da Família, nas Unidades  
66 de Saúde envolvidas com o Projeto. A abrangência, neste momento, será de 5.500  
67 alunos. Porto Alegre tem a perspectiva de cadastrar até 64 escolas, dentro do Mais  
68 Educação. No andamento, a Coordenadora MARIA LETICIA abre para perguntas e o  
69 Senhor HEVERSON, da Restinga, pergunta porque a sua região não foi contemplada?  
70 Respondendo, diz o DENIS que a Portaria 1861 restringe a participação destas Escolas  
71 que participam deste Programa de Contra-Turma, do Ministério da Educação, chamado  
72 Mais Educação. Lembrando que são quatro escolas municipais e 4 escolas estaduais.  
73 Acabei na pressa não dizendo que haverá o recebimento de materiais, capacitações,  
74 recursos financeiros. Manifesta-se a Conselheira IONE NICHELLE. Diz trabalhar na  
75 ponta, em Escola Municipal e vê muita dificuldade em acompanhar estes Projetos.  
76 Sugiro que haja um acompanhamento e uma avaliação permanente. Diz o DENIS que  
77 através da produção dos NASCAs é feito um acompanhamento, apesar das  
78 dificuldades de pessoal. E este projeto deverá ser um acréscimo, articulado à  
79 atividade destes NASCAs. Manifesta-se também a Senhora ANA LOVATTO,  
80 Coordenadora da ASSEPLA, que responde ao questionamento da Conselheira MARIA  
81 RITA DE LEMOS, do Conselho Regional de Odontologia, sobre o diagnóstico nas  
82 escolas, sobre a Saúde Bucal. Diz a Senhora ANA, que no ano passado foi feito um  
83 levantamento odontológico nas escolas e complementado neste ano. Não foi um  
84 simples levantamento no sentido de saber quais eram os problemas que havia, mas  
85 também de encaminhar estas crianças, de acordo com nossas possibilidades.  
86 Certamente algumas crianças ficaram na lista de espera, mas a maioria já foi  
87 encaminhada para um atendimento. Por fim manifesta-se o Conselheiro OSCAR  
88 PANIZ, que foi designado para acompanhar o andamento deste Projeto, pelo Conselho  
89 Municipal de Saúde. Digo que desde o primeiro momento, quando participamos do  
90 Seminário, onde foi apresentada a Proposta, percebemos a premência do tempo, em  
91 relação ao fluxo do Projeto. Acompanhamos o andamento do mesmo e a única  
92 dificuldade foi não poder passar pela SETEC. Em aparte o Senhor DENIS informa que  
93 a Portaria do Ministério é de setembro e somente podemos iniciar o trabalho em  
94 novembro. Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA e encaminha então à votação **o**  
95 **PROJETO SAÚDE NA ESCOLA, com o adendo de que em 6 meses o mesmo**  
96 **deve retornar ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde, para avaliação e**  
97 **acompanhamento.** O mesmo é aprovado por 21 votos favoráveis, nenhum contrário e  
98 4 abstenções. Seguindo a Coordenadora solicita que a Conselheira ELEN BORBA  
99 apresente os Pareceres da SETEC. Inicia com o **PARECER 080/08 – HOSPITAL**  
100 **PARQUE BELEM Plano de Aplicação, 17ª Etapa Nota Solidária. Valor de R\$**  
101 **41.043,98. Recursos do Governo do Estado do RS.** O mesmo é aprovado por 21  
102 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **PARECER 081/08 –**  
103 **IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. Plano de Aplicação 16ª Etapa**  
104 **Nota Solidária, valor de R\$ 10 770,44. Recursos do Governo do RS.** O mesmo é  
105 aprovado por 32 votos favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção. **PARECER 082/08**  
106 **– IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA – Programa “Ação de Apoio aos**  
107 **Hospitais Vinculados ao SUS”. Ação: Busca Ativa e Captação de Órgãos Para**  
108 **Transplantes.** Colocado em votação o mesmo é aprovado por 32 votos favoráveis,

109 nenhum contrário e 1 abstenção. Prosseguindo é apresentado o **PARECER 083/08 –**  
110 **IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA – Programa “Ação de Apoio aos**  
111 **Hospitais Vinculados aos SUS”.** Ação: Mãe Canguru. É colocado em votação e  
112 aprovado por 34 votos favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção. Prosseguindo, a  
113 Coordenadora MARIA LETICIA inicia com os informes já dizendo que a partir da  
114 semana passada iniciou-se o acompanhamento, através dos diversos representantes,  
115 dos processos de Contratualização, com os diversos hospitais. Nesta semana houve a  
116 reunião com a Santa Casa, com o Instituto de Cardiologia e hoje pela tarde foi com o  
117 Hospital de Clinicas e também com a PUC. A metodologia que adotamos é de que  
118 após todos os representantes fazerem as reuniões com seus hospitais, voltamos a  
119 reunir o grande grupo para fazer uma avaliação geral, que deverá ser em janeiro de  
120 2009. Seguindo, informa a Conselheira HELOISA ALENCAR que ontem foi concluído  
121 mais uma etapa do Curso de Capacitação para Conselheiros. Esta foi a 3ª Turma e  
122 nela tivemos 25 participantes capacitados. Seguindo, fala a Coordenadora MARIA  
123 LETICIA, que apresenta duas profissionais de Enfermagem, Enfermeiras, formadas  
124 pela Universidade Federal de Pelotas, a GIMENE CARDOSO BRAGA e a JEANINE  
125 PORTO BRONDANI. Elas produziram e publicaram um material chamado de  
126 “Coleção Brincar e Pensar Saúde”. Quem nos recomendou este material foi a nossa  
127 Conselheira MARIA REJANE SEIBEL, que hoje não se faz presente. Fala então a  
128 Enfermeira JEANINE afirmando que a presença delas é com o propósito de apresentar  
129 esta coleção de Brincar e Pensar Saúde, que são três livros infantis que foram  
130 produzidos na nossa graduação na Faculdade, em Pelotas, onde procurou-se mesclar  
131 a educação com a saúde. São três Serviços de Saúde, nesta primeira edição, sendo  
132 um livro com a Saúde Mental Infantil, O Menino Triste. O Serviço de Urgência e  
133 Emergência, que é o livro José Quebrou o Pé, para trabalhar a prevenção de acidentes  
134 e o Serviço de Atenção Básica, com o livro Quem Nunca Teve Diarréia, que trabalha a  
135 doença diarreica nas crianças. Ele é um material que tanto serve para as crianças  
136 lerem e se divertirem e também pode servir como instrumento de trabalho dos  
137 profissionais de saúde. Seguindo, a Coordenadora MARIA LETICIA lembra que  
138 todos devem estar acompanhando a crise em que a Universidade Luterana do Brasil  
139 está vivendo. Crise anunciada. Após a Plenária passada, onde tratou-se deste  
140 assunto, através do SINDISAÚDE, o Conselho fez contato com a Deputada Federal  
141 MARIA DO ROSÁRIO, da Bancada Gaúcha, que esta coordenando este assunto. A  
142 Deputada fez convite ao Conselho para participarmos de um encontro, de uma reunião  
143 ampliada, realizado na sexta feira passada. Estavam lá todas as entidades sindicais  
144 envolvidas. Foi dito que esta Comissão tem o objetivo de ouvir todas as partes e  
145 elaborar um diagnóstico. Seguindo, informa o Conselheiro OSCAR PANIZ sobre sua  
146 participação, representando o Conselho, em audiência no Ministério Público Estadual,  
147 na semana passada, solicitada pela Vereadora NEUZA CANABARRO, para tratar da  
148 questão dos Agentes Comunitários de Saúde, pois os mesmos ainda estão  
149 trabalhando de maneira totalmente precarizada. Estavam presentes os Vereadores  
150 SEBENELLO, OLIBONI e RAUL FRAGA. A reivindicação que principalmente o  
151 Vereador SEBENELLO fez ao Ministério Público é de que se pudesse enviar  
152 correspondência ao Presidente da Câmara, solicitando que se agilizasse a votação da  
153 criação dos cargos de Agentes Comunitários. Respondeu a Dra. ANGELA ROTUNNO,  
154 que este não é o papel do Ministério Público, pois agindo assim poderia estar  
155 interferindo em decisão de outro Poder, que é o Legislativo. O que poderiam fazer é  
156 enviar correspondência ao Senhor Prefeito, solicitando informações sobre o  
157 andamento do Projeto de Criação do Departamento de PSF, que engloba a criação  
158 destes cargos, onde há um Termo de Ajustamento de Conduta, que está comprazo por  
159 vencer. O que foi proposto pelo Ministério Público é de que os Vereadores,  
160 principalmente os da base do governo, SEBENELLO e RAUL FRAGA, agendassem  
161 reunião com o Senhor CLOVIS MAGALHÃES, coordenador político do governo  
162 municipal, onde o Conselho Municipal de Saúde e os demais vereadores pudessem

163 dialogar com o mesmo no sentido de dar andamento ao Projeto de criação dos  
164 Cargos. Até a presente data tal reunião não foi agendada e no nosso entender não  
165 deverá acontecer, pois não será a base do governo que tomará a iniciativa. Seguindo  
166 dá seu informe o Conselheiro PAULO GOULART, que registra o assalto ocorrido a  
167 uma funcionária da Unidade de Saúde do Jardim Floresta, a Dra. MIRIAM. No dia  
168 seguinte foi comunicado, por decisão do Conselho Local, de que, por protesto a  
169 Unidade não iria funcionar. A chefia, a Gerência, foram comunicadas. E aproveito a  
170 presença do Presidente do Conselho Estadual de Saúde e faço um pedido pois todos  
171 os meses vou na farmácia do Estado na Rua Riachuelo e aquilo lá é uma vergonha. Eu  
172 na última segunda feira aguardei 2 horas e meia, mas tenho condições, mas existem  
173 pessoas doentes, que não tem condição de ficar lá, daquele jeito. Não sei se tem  
174 como se dar um jeito naquilo? Fala a seguir o Senhor PEDRO RIBEIRO, Coordenador  
175 do Conselho Distrital Glória/Cruzeiro/Cristal. Registra que ontem compareceu na  
176 Unidade de Saúde de Belém Velho, onde foi implantada uma Equipe de Saúde Bucal.  
177 As pessoas que serão lá atendidas e precisarem ser referenciadas, o serão para o  
178 Centro de Especialidades do Santa Marta, pois o CEO da Vila Cruzeiro, que já devia  
179 estar funcionando, e já foi até assaltado, não tem previsão de entrar em uso. Outra  
180 questão é sobre o atendimento da FADERGS, do Centro de Saúde da Vila dos  
181 Comerciários. Houve reuniões, movimentos de pressão, e não temos retorno. A  
182 Senhora ANA LOVATTO, responde ao PEDRO, sobre o CEO da Vila dos Comerciários,  
183 dizendo que está na dependência de funcionar, aguardando um ajuste no Convênio  
184 com a UFRGS, que está em processo final na prestação de contas. Somente não tenho  
185 como precisar a data. Sobre a FADERGS, recebi teu recado ontem mas não tive  
186 como te dar retorno mas estamos negociando e articulando para que nós,  
187 primeiramente tenhamos condições, com subsídios, para marcar está reunião, que  
188 acontecerá. Prosseguindo manifesta-se o Conselheiro JOÃO BATISTA, que fala sobre  
189 a reforma no Centro de Saúde da Vila dos Comerciários. Diz que a mesma está muito  
190 demorada, mesmo já tendo dinheiro garantido. Não consigo entender porque está tão  
191 demorado. Sobre este assunto a Coordenadora MARIA LETICIA explica ao  
192 Conselheiro JOÃO BATISTA, que a pendência de execução das obras está na  
193 liberação de uma ata do Conselho Distrital da Glória/Cruzeiro/Cristal. Houve uma  
194 primeira avaliação por aquele Conselho Distrital, mas não havia um detalhamento dos  
195 custos. Isto agora foi feito e deverá passar novamente por aquele Conselho que  
196 remeterá para que o Plenário deste Conselho Municipal de Saúde se manifeste. Fala a  
197 Conselheira IONE NICHELLE, dizendo que após 11 anos batalhando na região  
198 noroeste, conseguiram fazer uma eleição para o Conselho Local da Unidade Básica de  
199 Saúde do IAPI. Também elaboramos uma carta de necessidades em saúde para a  
200 nossa região noroeste. A entregaremos no Fórum do Orçamento Participativo, ao  
201 Gerente, que ainda não sabemos quem será, ao Conselho Municipal de Saúde e ao  
202 Senhor Prefeito, assim que tomar posse. Manifesta-se o Conselheiro RENE, do  
203 Extremo Sul, que solicita a presença dos Conselheiros eleitos para a nova  
204 Coordenação do Conselho Distrital Extremo Sul. Diz ele que em 12 de novembro de  
205 2008, foi lançado o Edital para a Eleição do novo Conselho Distrital, ao qual faziam  
206 dois anos que estava coordenando. Conforme Edital, a data de entrega de chapas foi  
207 de 9 de dezembro e como houve somente uma chapa, não se fez necessário o  
208 processo eleitoral e no dia 16 de dezembro, conforme Edital, foi feita a posse. Solicito  
209 que cada um se apresente. Inicia com o Senhor WILMAR MARTINS ÁVILA que  
210 reside no Bairro Lajeado, onde não há Unidade de Saúde e ninguém quer assumir  
211 aquela população. Seguindo, apresenta-se o Senhor JORGE LUIZ CARDOSO,  
212 residente no Bairro do Lami. Também se apresenta a Senhora JOSIETE TERESINHA  
213 CORREA CARDOSO, moradora também do Lami. Retoma a palavra o senhor RENE,  
214 que despedindo-se espera ter sido companheiro de todos. Que em todas as horas em  
215 que foi necessário, aqui estive. Sobre o trabalho que realizamos na região, no campo  
216 das conquistas me sinto prejudicado por esta administração que está ai, pois foram 8

217 Unidades de Saúde não realizadas. O CEO na Juca Batista. O Hospital da Restinga,  
218 que parece que está diminuindo. Não saio magoado, pois no campo da luta vocês bem  
219 sabem temos vitórias e derrotas. Quem é da lida pode perder. Mas perder com  
220 dignidade. Vocês viram aqui quantas vezes o que fizeram com a minha pessoa.  
221 Continuam sendo uns covardes. Há homens que dizem: “eu tenho palavra” e não  
222 preciso assinar. As palavras se esvaziam. Portanto não tem. Nós, lá, zelamos pela  
223 palavra. Ao mesmo tempo tenho certeza de que pelas amizades que consegui aqui,  
224 toda vez que se fizer necessário para coisas proeminentes lá na região,. eu gostaria  
225 de ser avisado. Sobre o Hospital Vila Nova, também me coloco a disposição. Sobre o  
226 Hospital da Restinga, em setembro de 2009, deveria estar pronto e não foi feito nada.  
227 Muito obrigado pela atenção. Desculpem-me se falei alguma coisa. Agora, com o  
228 governo não. Este tem de ser a cabresto mesmo. A Coordenadora MARIA LETICIA  
229 agradece ao Conselheiro RENE ALVES e dá boas vindas aos novos membros do  
230 Conselho Distrital do Extremo Sul. Fala a seguir Senhor DEOCLIDES, da região  
231 Partenon. Registra seu protesto pela aprovação, pela Câmara Federal, dos novos  
232 cargos de vereadores para as câmara de vereadores. Cumprimento as muitas caras  
233 novas que estou vendo neste Conselho. Fala a seguir a Conselheira ADRIANA  
234 ROJAS, que inicia sua fala cobrando sobre a questão levantada na última reunião, do  
235 Conveniamento do Hospital da ULBRA, em relação a leitos para a Dengue com a  
236 Prefeitura de Porto Alegre. A segunda questão é reforçar a posição de nosso Sindicato  
237 no sentido de que não haja investimento público nenhum na ULBRA. Sabemos que  
238 quando dá lucro, é porque ser particular. Quando dá problemas, o público entra.  
239 Especificamente sobre esta questão de formação médica e a abertura de uma  
240 quantidade enorme de Faculdades de Medicina, no Rio Grande do Sul e no País,  
241 quero colocar a posição de nosso Sindicato, que sempre foi crítica. Não adianta  
242 formar medico, até mesmo os de Família. De qualquer jeito. Temos de ter qualificação.  
243 Este episódio da ULBRA mostrou para nós que estas Faculdades que abrem de  
244 qualquer jeito são frágeis. Para se formar um médico se precisa de 6 anos, mais 2 anos  
245 de especialização e mais algum tempo mínimo para se adequar. Portanto, vamos ser  
246 mais críticos em relação aos profissionais que se formam para o SUS. Falta  
247 comprometimento e qualificação. O Conselheiro OSCAR PANIZ responde à Dra.  
248 ADRIANA sobre o conveniamento de leitos para a Dengue. Falou com a Dra. SAMIRA  
249 da Gerência de Regulação e esta convênio aconteceu mesmo mas entre estado e a  
250 ULBRA, sendo 100 leitos para caso haja a epidemia, para região metropolitana. O  
251 Presidente do Conselho Estadual de Saúde, Senhora CARLOS DUARTE, está  
252 confirma que também não passou por aquele Conselho. Fala a seguir o Conselheiro  
253 GILMAR, da Lomba do Pinheiro. Apresenta um manifesto, entregue à Coordenação,  
254 onde registram o protesto pela não participação do segmento dos trabalhadores nas  
255 reuniões do Conselho Distrital, inclusive com compensação de horários. Lançam a  
256 proposta de que esta seja uma pauta no Conselho Municipal de Saúde, a partir de  
257 2009. Também se manifesta o Senhor GILMAR sobre o que já em sendo denunciado  
258 em relação a Unidade de Saúde da Vila Mapa, onde a “venda de fichas “ continua.  
259 Atualmente o preço é de R\$ 25,00. Sobre este último assunto diz a Coordenadora  
260 MARIA LETICIA que o Conselho Municipal de Saúde já enviou uma representação ao  
261 Ministério Público Estadual. Passa então a Coordenadora, para a Pauta da  
262 Municipalização do Murialdo. Chama para a Mesa o Senhor Presidente do Conselho  
263 Estadual de Saúde, CARLOS DUARTE, o senhor representante da Secretaria de  
264 Saúde do Estado, Dr. ELSON FARIAS, que está representando a Direção da Escola,  
265 Dra. MIRIAM DIAS, que está em Brasília tratando do tema Educação Permanente.  
266 Representando a Secretaria Municipal de Saúde, a Dra. CHRISTIANE NUNES DE  
267 FREITAS, Gerente Distrital Lomba/Partenon. Chamo o CLAUDIO AUGUSTIN,  
268 presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos do Estado do RS. Neste momento o  
269 Conselheiro OSCAR PANIZ solicita uma questão de ordem à coordenadora e lembra  
270 que infelizmente é necessário registrar o acidente ocorrido com nossa Conselheira

271 SILVIA GIUGLIANI, que foi atropelada no dia 4 de dezembro. Está em recuperação no  
272 Hospital de Clínicas. Quem desejar maiores informações nos ligue ou ligue para o  
273 Conselho Regional de Psicologia, conforme a PAULA GUNTZEL, aqui presente, que é  
274 sua suplente. Ressaltamos que a SILVIA estava tendo um excelente desempenho  
275 como conselheira, mas infelizmente a vida tem disso. Diz também a Coordenadora  
276 MARIA LETICIA que temos mantido contato permanente com o esposo da SILVIA.  
277 Devemos torcer por ela e parece que tudo está dando certo. Mas retomando, farei um  
278 breve histórico da questão Murialdo, para ver como o Conselho Municipal de Saúde se  
279 posicionou dentro desta questão, apenas neste ano de 2008. Em 20 de maio de 2008  
280 a comunidade do Partenon realizou um ato público solicitando a construção do novo  
281 prédio da Unidade de Saúde São José, a municipalização dos Postos de Saúde do  
282 Murialdo, e a criação de mais Unidades com a Estratégia de Saúde da Família.  
283 Também no dia 20 de maio de 2008 aprova-se o Termo de Compromisso para a  
284 Gestão Compartilhada das Unidades do Centro de Saúde Escola Murialdo na CIB  
285 (Comissão Intergestora Bipartite). No dia 17 de julho, vem a Sumula de Proposta dos  
286 Trabalhadores de reestruturação do Centro de Saúde Escola Murialdo. No dia 21 de  
287 julho de 2008, o Conselho Municipal de Saúde propõe ao Ministério Público que seja  
288 encaminhada proposta de Municipalização existente com as definições de prazos e  
289 recursos. No dia 24 de julho de 2008 o Ministério Público Estadual solicita Antecipação  
290 de Tutela para a Municipalização e que não é aceita. Dia 31 de julho de 2008 realiza-  
291 se ato público, com entrega de carta à população, esclarecendo os motivos da  
292 paralisação dos servidores de 16 a 29 de julho de 2008. Dia 28 de agosto de 2008 o  
293 Conselho Municipal de Saúde entrega documento ao Ministério da Saúde, solicitando  
294 a intermediação do mesmo na Municipalização. Dia 1º de setembro vem a resposta  
295 positiva do Ministério da Saúde. Em 2 de outubro de 2008 vem a Resolução do  
296 Conselho Estadual de Saúde, indicando entre outras coisas, que o Ministério da Saúde  
297 providencie a municipalização. Em 8 de setembro de 2008 acontece a Audiência  
298 Pública na Câmara de Vereadores de Porto Alegre e em 10 de outubro é assinado o  
299 Termo de Compromisso entre Estado e Município, com prazo de 30 dias para  
300 apresentar as cláusulas e as condições necessárias para a municipalização. Portanto,  
301 o objeto desta reunião é obter informações já que o prazo tendo terminado e o  
302 Conselho tendo solicitado informações a respeito do trâmite desta Comissão, não as  
303 recebeu. Portanto estamos disponibilizando para que nos atualizem as  
304 informações. Inicia, manifestando-se, o Dr. ELSON FARIAS, repetindo estar  
305 representando a Dra. MIRIAM DIAS a qual junto com a Dra. ANGELA UGLIONE,  
306 fazem parte da Comissão que está discutindo toda esta etapa. Eu acompanhei uma  
307 parte desta discussão e agora estamos na parte executiva, onde sou o Coordenador da  
308 Residência Integrada em Saúde e Coordenador da Residência da Medicina de Família.  
309 Começo por parte de uma frase citada pela Dra. ADRIANA que é sobre formação com  
310 qualidade. Este é o nosso foco, neste momento. É a não dissociação do Ensino e do  
311 Serviço. É isto que estamos vendo. Como estes patamares históricos vão continuar,  
312 na prática. Manifesta-se a Dra. CHRISTIANE, Gerente Distrital Partenon/Lomba,  
313 lembrando que logo que foi assinado o Termo de Compromisso foi constituída uma  
314 Comissão. Seriam 3 pessoas de cada lado. Pela Secretaria Municipal ficou o  
315 Coordenador da Rede, Dr. NICOLAU, eu, o LUIZ CARLOS PINTO, dos Recursos  
316 Humanos. Pelo Estado a ANGELA, Diretora do Centro, a MIRIAM, como Diretora da  
317 Escola, mais o MARCO, pelos Recursos Humanos do Estado. Estabelecido o  
318 cronograma de reuniões, deu-se o primeiro processo que foi o diagnóstico, que incluiu  
319 estrutura física, recursos humanos, contratos de locação, equipamentos, serviços  
320 terceirizados, processo em andamento. Reformas em andamento, o que tem planejado,  
321 farmácia, medicamentos. Quando havia uma dúvida ou questão não resolvida  
322 levávamos ao Secretário e conciliávamos. A documentação providenciada,  
323 encaminhou-se para as assessorias jurídicas, do estado e do município. Estamos  
324 exatamente no momento do fechamento do Termo. Isto significa os Secretários

325 sentarem e assinarem. É importante colocar que após municipalizado não sairá  
326 funcionando, ou seja, o que nós temos? Precisaremos de uma avaliação da nossa  
327 Vigilância Sanitária, do Município, apesar de o Estado ter a sua e sabermos que há  
328 uma troca de saberes. Solicitamos que o Conselho de Farmácia passasse em todas  
329 as farmácias para nos dar um parecer. Solicitamos uma avaliação da responsável  
330 técnica de enfermagem da Gerência. O Conselho de Medicina já havia feito sua  
331 avaliação. Também está ocorrendo, por nós, a avaliação patrimonial, elétrica,  
332 informatização. Após isso apresentaremos um Plano de Execução. Além disso,  
333 sabemos que as pessoas que estão lá, que são funcionários do Murialdo, sofrem  
334 muito, principalmente pela perspectiva do que vai ser feito. Também isso ocorre com os  
335 usuários. Mesmo não querendo precipitar os fatos, realizamos um Seminário de  
336 Acolhimento com os funcionários do Murialdo, realizado ontem, dia 17 e hoje dia 18,  
337 com duas turmas. Uma pela manhã e outra pela tarde, explicando como funciona a  
338 Secretaria da Saúde do Município e suas relações de trabalho, financeiras. Dentro  
339 deste processo estamos montando um escritório, a partir de segunda feira, dentro do  
340 Centro de Saúde, para centralizar informações. Prosseguindo, manifesta-se o  
341 CLAUDIO AUGUSTIN, dizendo que não ouviu sobre várias questões que deveriam  
342 serem tratadas. O que eu escutei foi sobre os procedimentos para os Postos de  
343 Saúde funcionarem. Agora, como será a relação Ensino/Assistência. Pergunto: como  
344 se dará esta relação Ensino em Serviço? Ou seja, a característica fundamental do  
345 Murialdo não foi mantida. Na medida que tu passas os Serviços para o Município, como  
346 é que fica o Ensino em Serviço? Quando se diz que se quer manter a história do  
347 Murialdo não se pode destruir a sua principal característica. Esta relação não foi  
348 clareada neste momento. E esta pergunta venho fazendo há muito tempo. Todo o relato  
349 desenvolvido pela CHRISTIANE é de como vão funcionar os Postos. Esta  
350 característica que ele tinha não é importante para o Estado, para os trabalhadores do  
351 Estado, mas sim para o Sistema Único de Saúde. Se é para transformar o Murialdo  
352 num Posto de Assistência, é outra história. Se esta é a decisão política, que se diga.  
353 Agora, se é outra, que se diga também. Iniciam-se as manifestações de Plenário, com  
354 a senhora MARIA, usuária em saúde do Partenon que diz ser sua preocupação é  
355 com os funcionários, com a falta de gente, com a manutenção da qualidade. Apesar  
356 de ser um serviço bem precário, tínhamos a qualidade no atendimento. Outra  
357 preocupação é se vamos ter local para odontologia, no Posto 5. E se não houver  
358 aumento de Postos de saúde também, não adianta nada. Fala a seguir a Conselheira  
359 KAREM, representante do Conselho Regional de Assistência Social, que coloca  
360 primeiramente que os funcionários estão ansiosos para ver como vai ficar para poder  
361 darem conta da assistência com qualidade. Outro ponto seria a questão da integração  
362 Ensino/Assistência, pois sabemos que temos a Residência Integrada em Saúde onde  
363 são vários tipos de profissionais. Eles irão ficar nestes postos da Prefeitura? Outra  
364 questão é que se fez uma Comissão enxuta, para dar operacionalidade. Muito bom.  
365 Mas porque os profissionais do Murialdo, que são os Residentes e a Comunidade, que  
366 apoiou este movimento desde o início, não foram convidados. Outra questão é de que  
367 se tem alguns ranços de que não está sendo atendidas em alguns postos, com por  
368 exemplo a 2, que não está abrindo pela tarde. Ou outras onde não há o atendimento  
369 por falta de profissionais, enquanto se implanta a municipalização irão ser atendidos  
370 aonde. Irão para o Pronto Atendimento ou em alguma estratégia para isso, pois  
371 também tem aqueles que não tem passagem. Fala a seguir a conselheira CLAUDIA  
372 FELDMANN, do Sindicato dos Enfermeiros, dizendo que teve o privilégio de trabalhar  
373 lá por um período de 4 meses e a angustia dos profissionais realmente foi bem  
374 colocada aqui, anteriormente. A preocupação com o ensino sempre foi fundamental  
375 para todos, lá. A nossa preocupação é realmente com a contratação. Sabemos que o  
376 Murialdo perdeu profissionais que estavam bem engajados e que há muito tempo  
377 trabalhavam lá. Sabemos que existe um concurso no Estado mas muito poucos  
378 profissionais foram chamados. Gostaria de saber se estes profissionais tem uma

379 chance de serem chamados ou se os profissionais que faltam serão contratados pelo  
380 mesmo regime da Sollus. Manifesta-se a Conselheira ZILDA MARTINS dizendo estar  
381 trabalhando a 19 anos no Murialdo e a preocupação, e o CLAUDIO foi muito feliz, é  
382 de como se dará o Ensino/Assistência. Lamento a falta de sensibilidade dos dois  
383 Gestores de não integrarem o Controle Social nas conversações e negociações. O  
384 Controle Social só é chamado para dar o endosso. Os usuários, apesar de pessoas  
385 simples tem sua caminhada, sua experiência. Os trabalhadores estão no dia-a-dia. Fala  
386 a seguir o Senhor WALDIR, usuário em Saúde do Partenon, suplente do Conselho  
387 Distrital e diz participar desde o tempo em que o Murialdo era lá na Vidal de Negreiros.  
388 Sempre trabalhamos em parceria com o Murialdo. Até hoje cedemos o espaço na  
389 comunidade da São Miguel para grupos de saúde, que temos lá. Então, conhecemos  
390 alguma coisa, como usuários. Há muito tempo estamos lutando pelo mesmo problema  
391 que todo mundo conhece, que é a falta de atendimento no Partenon. Não vamos culpar  
392 aqui as pessoas, os recursos humanos. É que o Sistema, meus amigos, precisa ser  
393 melhorado, otimizado. Tem algumas autoridades dizendo coisas nos jornais que não é  
394 bem assim. Lamento que tenhamos que ir até o Ministério Público para reivindicar um  
395 direito, que é o da saúde, que é de todos os brasileiros. Deixamos registrado aqui a  
396 nossa preocupação com o período de janeiro e fevereiro. Exigimos que se faça um  
397 Plano mínimo de Emergência, para não acontecer o que aconteceu nos outros anos.  
398 Seguindo manifesta-se a Conselheira HELOISA ALENCAR, dizendo que ficou claro  
399 que agora tem um diagnóstico. Mas tem um Projeto, tem um Plano? Tem que ter um  
400 plano, tem de ter um Projeto para a Rede Local. Existe a municipalização. Mas tem a  
401 questão do Ensino. Isto vai gerar outro Termo de Compromisso? Municipaliza-se a  
402 Assistência. Tudo bem. Precisamos de um documento sobre isso. Seguindo, manifesta-  
403 se o Senhor Presidente do Conselho Estadual de Saúde CARLOS EBLING DUARTE,  
404 que reafirma que enquanto Conselho Estadual, não tem acompanhado absolutamente  
405 nada. O máximo que temos feito é perguntado à Secretaria de Saúde do Estado como  
406 estão indo os fatos. O Controle Social está de lado desta questão e é fundamental  
407 que participemos disso pois certamente temos muito com o que contribuir. O que me  
408 chamou atenção é de que foi falado nos meses de janeiro e fevereiro, onde a situação  
409 se torna mais complicada, aliada ao fato de que temos aí o problema da Dengue.  
410 Perguntamos, como fica esta situação no Murialdo, pois por mais que as questões  
411 estejam sendo colocadas, através de diagnósticos, sabemos hoje que o atendimento  
412 dentro dos postos do Murialdo está bastante precário. O caos é total. Não tem  
413 medicamento. O atendimento é falho e recai diretamente sobre o usuário. Tudo  
414 continua o mesmo. Passaram-se este tempo, desde 10 de outubro e fecharemos 3  
415 meses e tudo continua igual. Efetivamente nada foi feito para solucionar o problema  
416 das pessoas que estão procurando atendimento no Murialdo. As pessoas procuram o  
417 Conselho Estadual de Saúde, pois vem procurar a Secretaria Municipal de Saúde e  
418 são encaminhadas ao Conselho Estadual de Saúde. Não sei porque é feito isso. Estas  
419 pessoas ficam num jogo de empurra. Ficaremos por quanto tempo com esta situação?  
420 Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA, encaminhando para as considerações  
421 sobre o que foi proposto. Encaminha para a Dra. CHRISTIANE, que em relação ao  
422 Ensino diz que somente foi possível chegar até aqui, pois a manutenção da  
423 Residência era uma questão fundamental e que nós concordamos com isso. Nunca foi  
424 aventado de que isso não ocorra. No momento a idéia é a manutenção na Gerência  
425 Partenon, mas porque não expandir por todo Porto Alegre. Então o importante tem  
426 sido manter o que nós temos e dar mais qualificação ao usuário que está sendo  
427 atendido e ao profissional que está sendo formado. Podemos ampliar? Podemos, mas  
428 será que poderá se cumprir o que se prometeu? Vamos manter as áreas que temos  
429 hoje e se até 30 de março de 2009 for possível chamar mais gente, o faremos.  
430 Importante para nós é esta manutenção e a forma de fazer Assistência junto com  
431 Ensino. A Residência está em várias regiões e locais da cidade. Não temos nenhuma  
432 dificuldade de agregar o Conselho Estadual e Municipal nas discussões. Manifesta-se

433 a seguir o Dr. ELSON reafirmando que a Senhora ZILDA MARTINS colocou no ponto  
434 que desde 1972 não foi tocado. Quando o Estado do RS, a Secretaria da Saúde tinha  
435 a responsabilidade sobre a maior parte das Unidades de Saúde de Porto Alegre.  
436 Quando o Professor BUSNELLO decidiu, com um grupo, de colocar a Residência, o  
437 Ensino, na Unidade 2 do Murialdo, não houve nenhum Termo contratual. Nenhum  
438 documento escrito. Tanto é que quando o Professor FALK foi o Diretor, ele conta que  
439 chegou até a Vila Pinto, até a São Carlos, ser do Murialdo. É claro que foi uma  
440 expansão sem critério, acritica, sem Projeto. O que estamos fazendo agora? Olhando  
441 para trás e vendo que perdemos o bonde da história e vendo que lá atrás ninguém  
442 conseguiu consolidar o Projeto que o Dr. BUSNELLO fez. Bonito, de colocar dentro da  
443 estrutura da Secretaria Estadual da Saúde. Isto somente se conseguiu em 2002,  
444 quando o Estado, através da Secretaria da Saúde, conseguiu colocar uma Lei, tanto  
445 que o impasse na municipalização se deu por causa desta Lei,. De lá para cá é um  
446 avanço, pois se conseguiu caracterizar dentro da estrutura do Estado a Residência,  
447 que, por exemplo, no sentido prático significa o pagamento das Bolsas. A garantia, o  
448 dinheiro. Agora estamos em uma outra etapa, nestes 5 anos, que é isto que a ZILDA  
449 estava dizendo, ou seja, se garantimos isto legalmente, não será uma Portaria ou  
450 Decreto que irá desconstituir. A consequência agora é colocar no papel algo que está  
451 na cabeça de todos nós, que é a indissociação do Ensino/Serviço. Sendo bem prático.  
452 No momento em que a pessoa for atendida no Posto, que seja da melhor qualidade  
453 possível e aquele residente, aquele aluno que esteja lá esteja aprendendo no SUS  
454 real, não no fictício que somente funciona na Academia. A Residência que queremos é  
455 que tenha sustentabilidade contratual e financeira. Acredito que este Termo que for  
456 assinado terá esta garantia. Porque é o momento único, o momento da  
457 Municipalização. Este é o compromisso da Coordenação da Residência que está lá.  
458 Estamos abrindo o Edital e o prorrogamos exatamente para ter a garantia. Não  
459 começará mais em fevereiro e sim em março. Manifesta-se a Dra. ADRIANA ROJAS,  
460 reafirmando a preocupação do Sindicato com respeito a formação na Residência  
461 Médica. Eu tenho a idéia de quando os alunos vão para um local, são locais escolhidos  
462 que darão um acréscimo Me preocupo muito com a abertura deste Edital, no caso da  
463 Residência Médica, quando estamos diante de uma transformação enorme, fico  
464 insegura, que neste ano haja Residentes lá. Não consigo imaginar com este trâmite de  
465 obras, de falta de pessoal. Obviamente, neste período não haverá um Serviço de  
466 excelência. Esta é a minha preocupação. Manifesta-se o Senhor CLAUDIO  
467 AUGUSTIN, dizendo que sua questão não foi respondida. Ela somente o seria se  
468 houvesse um Projeto. Ele ainda não existe. O “ainda” é a comunidade com  
469 assistência precária. Retorna a Dra. CHRISTIAN invocando a dificuldade sobre os  
470 RHs. Há um diagnóstico do que temos hoje. Há a necessidade de criação de novos  
471 Serviços. Como o município entra nisso?: Incorporaram-se Serviços, ampliaram-se  
472 Serviços e não se ampliaram cargos, não se criaram cargos. O que temos para hoje,  
473 amanhã? A Sollus. Terceirizada. Sobre a Odontologia, nenhuma Unidade do Murialdo  
474 tem Odonto. Tudo é centralizado no Centro de Saúde. Isto vai contra a lógica do  
475 Município. Hoje temos que acenar com o Dentista na Unidade e trabalhar com as  
476 Especialidades. Para isso vamos trabalhar. O Dr. ELSON manifesta-se respondendo a  
477 questão da Dra. ADRIANA ROJAS, dizendo que esta questão que foi trazida pela  
478 Comissão Estadual de Residência Médica e nós, como somos credenciados, fizemos  
479 exatamente esta crítica. Residentes estavam em Serviços que não estavam  
480 funcionando. O que fizemos? Concentramos Residentes. Temos 7 vagas somente. Das  
481 30 vagas em Residência em Medico de Família colocamos eles em 3 Unidades. O que  
482 fizemos agora no Edital? Das 30 vagas somente colocaremos em 3 Unidades. São 7  
483 vagas. Porque? Pelo critério de qualidade que estamos adotando. O que estamos  
484 apontando? Que poderemos chamar até 30, desde que neste processo em que agora  
485 estamos aqui nos olhando, seriamente, sem brincadeira, voltarmos para aquilo que  
486 éramos. 30 vagas. Temos condições para as 30. Não temos, ficamos com as 7 vagas.

